

Ciente: DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
Obra : REFORMA INTERNA DA PF/GVS/MG
Endereço Governador Valadares - MG

LDI: 15,06%

COMPOSIÇÃO DO BDI EQUIPAMENTOS

I. Fórmula adotada pelo DPF

$$\text{BDI} = [(1/(1-\text{IMP})) \times (1+\text{ADM}) \times (1+\text{DEF}) \times (1+\text{RIS}) \times (1+\text{LB}) - 1] \times 100$$

II. Parcelas constituintes da fórmula e respectivos valores

Impostos:	IMP	8,15%	
Administração	ADM	0,000%	(A)
Despesas Fin	DEF	0,625%	(B)
Riscos:	RIS	0,500%	(C)
Lucro Bruto:	LB	4,500%	(D)

III. BDI - Benefícios e Despesas Indiretas

BDI: 15,06%

IV. Tributação (TRIB) - Memória de Cálculo

ISS:	0,00%	(E)
PIS:	0,65%	
COFINS:	3,00%	
CPRB	4,50%	(F)
ACRES	0,00%	(G)
IMP:	8,15%	

V. Imposto sobre Serviços (ISS) - Memória de Cálculo

Alíquota (1):		
ISS:		(E)

Onde:

IMP corresponde à parcela de impostos incidentes sobre o faturamento;

ADM corresponde à parcela de despesas administrativas (central);

DEF corresponde à parcela de despesas financeiras e seguros;

RIS corresponde à parcela de riscos e imprevistos;

LB corresponde à parcela de lucro bruto.

(A)	Para aquisição de Equipamentos, não há taxa de Administração Central do Canteiro, e por isso adota-se taxa de 0,0 %.
(B)	Para Despesas Financeiras, que referem-se à gastos relacionados à perda monetária decorrente da defasagem entre a data do efetivo desembolso e a da receita correspondente, adota-se a Taxa SELIC para 2021 que é de 6,25% a.a, sendo de 0,625% para variação em termos de BDI.
(C)	Para seguros e imprevistos adota-se uma taxa de 0,5% por considerar que não há risco para o contratado, já que a compra é realizada de terceiros, ficando apenas incidente a taxa de seguro sobre a obra (percentual padrão utilizado em obras públicas)
(D)	Para Bonificação e Honorários, adotou-se o valor médio admitido pelo TCU, segundo estudos realizados por Daniel Fernandes da Cunha G. Basto, Analista de Controle Externo do Tribunal de Contas da União, amplamente utilizado por órgãos públicos federais.
(E)	Por se tratar de aquisição de equipamentos, não se fala em alíquota de ISS, que incide apenas sobre serviços.
(F)	Obs.: A parcela relativa ao lucro não incorporará o repasse das incidências dos impostos IRPJ (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica) e CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), visto que, conforme entendimento firmado pelo Tribunal de Contas da União (Acórdão TCU 1595/2006 - Plenário e Acórdão TCU 950/2007 - Plenário), são tributos personalíssimos, de ônus exclusivo da proponente, os quais não devem ser repassados ao Contratante.